

Cidadanias desiguais e reprodução das desigualdades na contemporaneidade capitalista*

Unequal citizenships and reproduction of inequalities in the capitalist contemporaneity

IZILDO CORRÊA LEITE**



RESUMO – Com base em pesquisa bibliográfica e documental, aborda-se a divisão da cidadania na esfera social, na contemporaneidade capitalista, e suas relações com a reprodução das desigualdades. Nos segmentos socioeconomicamente mais elevados, exerce-se uma “cidadania protagonista”: ações ou programas sociais não estatais, tidos como em prol dos pobres e movidos por um significado específico de solidariedade. Já aos pobres cabe uma “cidadania passiva”: receber e desfrutar aquilo que lhes é concedido graças àquelas ações ou programas sociais. Mostra-se que esse quadro contrapõe-se à universalização dos direitos sociais e não afeta os determinantes estruturais da pobreza e das desigualdades — contribui, ao contrário, para sua reprodução.

Palavras-chave – Cidadanias desiguais. Pobreza. Desigualdades na contemporaneidade capitalista. Política Social.

ABSTRACT – Based on bibliographical and documental research, this study approaches the division of citizenship in the social sphere, in the capitalist contemporaneity, as well as its relationships with the reproduction of inequalities. In the socioeconomically higher segments, a “protagonist citizenship” takes place through social actions or programs that, being considered for the poor, are held outside the State sphere and arise from a specific meaning of solidarity. On the other hand, the poor are merely entitled to a “passive citizenship”: receiving and enjoying what is given to them through those social actions or programs. The study shows that such a situation opposes the universalization of social rights and does not affect the structural causes of poverty and inequalities — on the contrary, it contributes to their reproduction.

Keywords – Unequal citizenships. Poverty. Inequalities in the capitalist contemporaneity. Social Policy.

* Este artigo corresponde à participação do autor na mesa-redonda “Interpelando las políticas sociales: dimensiones teórico-metodológicas, éticas e ideológicas de los modelos de protección social en el Siglo XXI”, que fez parte da programação do XIX Congresso Internacional da LASA (Latin American Studies Association/Associação de Estudos Latino-Americanos), realizada em Toronto, Canadá, entre 06 e 09 de outubro de 2010. Essa mesa-redonda resultou de uma iniciativa da Red Iberoamericana para el Estudio de Políticas Sociales. Alguns dados empíricos foram atualizados, relativamente à exposição então feita pelo autor.

** Doutor em Sociologia (UNESP/Campus de Araraquara) e Mestre em Sociologia (Unicamp). Professor Associado II do Departamento de Ciências Sociais e Docente permanente do Programa de Pós-Graduação em Política Social da Universidade Federal do Espírito Santo, Vitória – ES. E-mail: raiz.vix@uol.com.br
Submetido em: setembro/2011. Aprovado em: novembro/2011.

Como se ligam, na contemporaneidade capitalista, a pobreza, as desigualdades sociais e a cidadania? Neste artigo, busco apresentar elementos que contribuam para responder a essa pergunta, bem como mostrar que os três tópicos — de grande relevância social e acadêmica — relacionam-se, hoje, de modo muito específico. Ao fazê-lo, evidencio um desdobramento de uma das várias tendências hegemônicas das políticas sociais na contemporaneidade capitalista: a “refilantropização” do trato da questão social (YAZBEK, 1995).

As questões relativas à pobreza e aos pobres não constituem um universo temático que tenha ficado no passado. Ao contrário: devido à acentuada precariedade das condições em que (sobre)vivem milhões de pessoas no mundo, tais questões continuam de todo atuais em três âmbitos: o da realidade social, o das Ciências Sociais e o das práticas de intervenção (LEITE, 2008b). Nos dias que correm, e em virtude dos resultados sociais da crise internacional que irrompeu em 2008, cabe, mais do que nunca, a ideia de uma *desterritorialização do chamado Terceiro Mundo*, pois muitas características que vêm sendo atribuídas a este, há décadas, “manifestam-se também no interior de várias das sociedades mais ricas do planeta.” (LEITE, 2008b, p. 77)

Um dos determinantes fundamentais da permanência ou, mesmo, da exacerbação da pobreza em nível mundial é uma profunda *acentuação das desigualdades socioeconômicas* em períodos recentes, o que ocorre *entre* países e *no interior* de cada sociedade (WOODWARD; SIMMS, 2006, p. ii, iii e 15; SANTOS, 2005; LEITE, 2008b, p. 75-76). Dada a relevância do assunto para o presente trabalho, destaco os dois seguintes conjuntos polares de ilustrações pertinentes:

- Segundo dados divulgados em 2008, 1,4 bilhão de pessoas (praticamente um quarto da população mundial) têm rendimentos diários *iguais ou inferiores* a US\$ 1,25 e, não fosse a importante exceção representada pela China, o número de pessoas nessa situação teria crescido muito, nos últimos 25 anos.¹ De outra parte, estudo publicado em 2006 mostrou que tem sido fortemente decrescente a participação dos indivíduos mais pobres do mundo (assim considerados aqueles que têm rendimentos diários de *até* US\$ 1,00) no crescimento da renda mundial: de cada US\$ 100,00 desse crescimento entre 1990 e 2001, os “mais pobres” ficaram com apenas US\$ 0,60 — uma *diminuição de 73%* em relação aos US\$ 2,20 que recebiam nos anos 1980 (WOODWARD; SIMMS, 2006, p. ii, iii e 15). Os efeitos da crise mundial iniciada em 2008 tornam ainda mais dramáticas as dimensões da pobreza no mundo: em 2009, segundo a FAO (Organização das Nações Unidas para a Agricultura e a Alimentação), o número de subnutridos ao redor do planeta aumentou em 100 milhões, perfazendo um total de um bilhão de indivíduos nessa condição.² Em meados de 2011, o desemprego juvenil era de 43% na Espanha, 25% na Grécia, 27% na Itália e de 19% nos Estados Unidos (RICUPERO, 2011). Pesquisa de março de 2011 do Federal Reserve System (o “Banco Central” estadunidense) mostrou que, no país mais rico do mundo, os 20% mais pobres da população viram seus rendimentos pessoais caírem 18%, de 2007 a 2009.³
- No extremo oposto, a situação é de todo diversa. As 200 pessoas mais ricas do planeta *mais do que duplicaram* sua riqueza entre 1994 e 1998 (SANTOS, 2005, p. 34). Pochmann (2010) afirma: “Enquanto as 500 maiores corporações já respondem por mais de 40% do PIB mundial, com força econômica superior à de países, 1,2 milhão de clãs de famílias apropriam-se de 55% da riqueza do planeta.” A milésima parte mais rica da população dos Estados Unidos concentra hoje em suas mãos 10,4% da riqueza pessoal daquele país, participação essa que *quaduplicou* em cerca de 40 anos.⁴

Tratemos, agora, da cidadania. Também ela é, hoje, assunto de grande relevância, sendo tematizada, com vigor, nos âmbitos social, político e acadêmico. Na sociedade civil brasileira, a discussão pertinente intensificou-se a partir das lutas pelo fim da ditadura vigente entre 1964 e 1985 (TELLES, 1993; VALLADARES, 1991; ALMEIDA, 2006). Hoje, os termos “cidadão(ã)(s)”⁵ e “cidadania”⁶ são intensamente

utilizados por correntes políticas e por parcelas da sociedade civil, com conotações que variam segundo os sujeitos que os mobilizam, expressando representações sociais⁷ de aspectos do mundo político e social que são muito distintas entre si.

Na área acadêmica, tem sido vasta a produção concernente à cidadania. Mesmo autores (entre os quais me incluo) que adotam uma postura crítica em relação à clássica formulação de Marshall (1967) sobre o assunto não deixam de reconhecer a relevância de sua contribuição (BEHRING; BOSCHETTI, 2007, p. 102-103). Dela, destaco dois aspectos para o presente trabalho. Um deles é que, segundo o autor, a cidadania pode ser pensada como constituída de três elementos (ou partes), a saber: o dos direitos civis, o dos direitos políticos e o dos direitos sociais:

O elemento civil é composto dos direitos necessários à liberdade individual — liberdade de ir e vir, liberdade de imprensa, pensamento e fé, o direito à propriedade e de concluir contratos válidos e do direito à justiça. Por elemento político se deve entender o direito de participar no exercício do poder político, como um membro de um organismo investido da autoridade política ou como um eleitor de tais membros. [...]. O elemento social se refere a tudo o que vai desde o direito a um mínimo de bem-estar econômico e segurança ao direito de participar, por completo, na herança social e levar a vida de um ser civilizado de acordo com os padrões que prevalecem na sociedade. As instituições mais intimamente ligadas com ele são o sistema educacional e os serviços sociais. (MARSHALL, 1967, p. 63-64)

Como a discussão presente neste trabalho concerne à *esfera social da cidadania*, cito os seguintes exemplos de direitos a ela correspondentes, apresentados por Marshall (1967, p. 94-95): “O Estado garante um mínimo de certos bens e serviços essenciais (tais como assistência médica, moradia, educação, ou uma renda essencial mínima (ou salário mínimo) a ser gasto em bens e serviços essenciais [...]”⁸

Destaco um segundo aspecto da obra de Marshall (1967): nela, a cidadania é entendida como um *status* de “igualdade humana básica da participação” concedido aos “membros integrais de uma comunidade”, não sendo ele incompatível com as “desigualdades das classes sociais” (MARSHALL, 1967, p. 63-75, 62 e 76). Assim, a *igualdade* característica da cidadania não era vista pelo autor como algo que anulasse (ou conflitasse com) as *desigualdades* entre as classes sociais: tratava-se de igualdades existentes em determinadas esferas *convivendo* com desigualdades presentes em outras áreas. As desigualdades a que se refere parte do título deste trabalho (“cidadanias desiguais”) *não* são, pois, relativas ao âmbito das classes sociais. Fazem-se presentes *no próprio exercício da cidadania*, em sua esfera social, a qual, como veremos, apresenta-se *cindida*: uma “cidadania protagonista”, em segmentos socioeconomicamente mais elevados, e uma “cidadania passiva”, em populações pobres.

Dois são os objetivos principais deste artigo. O *primeiro*: mostrar que essa cisão da cidadania na esfera social resulta de dois fatores — interligados, como veremos adiante. Um desses fatores é que, embora *reposta em novas bases*, mantém-se, com vigor, na atualidade, a ideia de uma suposta passividade dos pobres: uma concepção segundo a qual estes caracterizam-se, no limite, como *não sujeitos*, sendo feitas referências (explícitas ou implícitas) à sua alegada incapacidade de impedir a própria entrada ou permanência na condição de pobreza. Além disso, aquela cisão decorre, também, de uma das formas hegemônicas de tratamento da questão social na contemporaneidade capitalista: sua refilantropização. O *segundo objetivo* deste artigo é destacar que a mencionada cisão da cidadania contrapõe-se à universalização dos direitos sociais e não afeta os determinantes estruturais da pobreza e das desigualdades, contribuindo, ao contrário, para sua reprodução.

Começo os itens que seguem expondo brevemente a representação dos pobres que os toma como passivos diante do mundo, inclusive em suas versões mais recentes. O próximo passo é abordar questões ligadas ao que Almeida (2006) chama “marco discursivo da ‘participação solidária’”. Trato, depois, da cisão da cidadania na esfera social, mostrando as concepções e as práticas da *cidadania protagonista* e da *cidadania passiva*. Segue-se uma breve apresentação das relações entre as “cidadanias

desiguais” e as desigualdades socioeconômicas na contemporaneidade capitalista. O artigo encerra-se com as Considerações Finais.

Os pobres vistos, no limite, como não sujeitos

No mundo ocidental, desde a transição do feudalismo ao capitalismo, os pobres foram vistos, usualmente, como um perigo, ao menos potencial, para a “estabilidade social” (CASTEL, 1998; LEITE, 2002 e 2008a; GEREMEK, 1989; FIGUEIREDO, 2001; HIMMELFARB, 1988). No Brasil, as classes dominantes e os governantes começaram a representar os pobres urbanos como um *problema significativo* em períodos avançados do século XIX, em que ocorriam os embriões dos processos de industrialização e de urbanização e a complexa passagem do domínio do trabalho escravo para uma ordem jurídico-política contratual, característica da sociedade capitalista. Duas foram as decorrências disso, no final do século XIX e no início do século XX: uma *gestão filantrópica* da pobreza urbana e de seus sujeitos, mediante a qual se buscava “reformá-los” social e moralmente, e a consideração da questão social como *caso de polícia* (ADORNO, 1990, *passim*; VALLADARES, 1991, p. 86 *et seqs.*; HAHNER, 1993, *passim*; VALLADARES, 2000, *passim*; LEITE, 2002 e 2005).

O *temor* aos pobres mantém-se, hoje, em parcelas significativas da sociedade brasileira, sendo comuns formas de pensar que vinculam pobreza, violência e criminalidade (LEITE, 2002, p. 34-35; LEITE, 2008b, p. 85; TELLES, 1990, p. 37-39; TELLES, 1992: *passim*, esp. p. 101 *et seqs.*; TELLES, 1993, p. 13-15; NEVES, 2003, p. 39; CARVALHO e LANIADO, 1992, p. 26; HAHNER, 1993, p. 134, 283, 296 e 317; REIS, 1999; SARTI, 2005, p. 45-46). Vale dizer que tal temor *não* é exclusivo do Brasil. Observem-se as palavras da citação a seguir, enunciadas por um professor de administração de empresas da Universidade de Michigan (apud ALMEIDA, 2006, p. 122), e cujo final é de uma franqueza muito rara:

A miséria gera descontentamento e extremismo. Embora a completa eliminação das desigualdades de renda seja um sonho inalcançável, a prática do desenvolvimento comercial para tirar pessoas da pobreza e possibilitar-lhes uma vida melhor é fundamental para a estabilidade e para a saúde da economia mundial, bem como para a continuidade do sucesso das multinacionais do Ocidente.

Apesar disso tudo, em outra esfera específica os pobres, há séculos, tendem a ser vistos, no limite, como *não sujeitos* (LEITE, 2002, p. 212-227; LEITE, 2005, p. 396-403; TELLES, 1992, p. 88; TELLES, 2001, p. 163). Trata-se de uma suposta *passividade* diante de suas adversas condições de vida — um modo de pensar profundamente cristalizado no mundo ocidental. Considere-se, por exemplo, o estudo de Lewis (2006) feito em meados do século passado, e segundo o qual há uma “cultura da pobreza”, caracterizada por traços de passividade e resignação entre os pobres, traços que seriam responsáveis por sua permanência nessa condição social. Tais imagens vêm-se reatualizando,⁹ e aquela suposta passividade, hoje, tem sido *resposta em novas bases*, contribuindo, como veremos adiante, para explicar a já citada cisão da cidadania.

Para exemplificar tal reposição em novas bases, tomemos o modo pelo qual o Banco Mundial representa os pobres, hoje. Não se trata de uma escolha casual. Esse banco é o *maior financiador* de programas de “combate à pobreza” da atualidade (SANTOS Jr., 2010) e instituição internacional com *fortíssimo poder de definição de políticas* por parte de governos nacionais — entre outras coisas, porque seus estudos sobre a pobreza têm uma dimensão não apenas *analítica*, mas também *prescritiva*.

De acordo com o Banco Mundial, os pobres, quanto à esfera laboral, *são os incapazes de se integrar ao mercado de trabalho*:

[...] é possível perceber nos relatórios do Banco Mundial que ele [mundo do trabalho] passa a estar dividido em dois. De um lado, estão os indivíduos que conseguem atuar no mercado — que seria o mecanismo de funcionamento “mais

eficiente” da sociedade — e, de outro, estariam aqueles *incapazes* de integrar-se aos mercados — os pobres —, dos quais o Estado deve cuidar, por meio de suas políticas sociais residuais e focalizadas. (UGÁ, 2004, p. 58)

Há, pois, duas categorias de indivíduos: os *capazes* e os *incapazes* de enfrentar o mundo competitivo da contemporaneidade, os segundos sendo identificados como os pobres. “O pobre [segundo o Banco Mundial] é o indivíduo incapaz, que não consegue — ou não garante — o seu emprego e nem mesmo a sua subsistência. A pobreza acaba sendo vista como um *fracasso individual* daquele que não consegue ser competitivo.” (UGÁ, 2004, p. 60)

É fato que a abordagem do assunto apresenta algumas especificidades, quer se trate, por exemplo, do *Relatório sobre o desenvolvimento mundial* formulado pelo Banco Mundial em 1990, ou do *Relatório* referente a 2000-2001, ou, ainda, de um estudo mais recente, de 2006.¹⁰ Ainda assim, pode-se afirmar que os pobres, aos olhos dessa instituição internacional, vêm sendo definidos pela *incapacidade* — portanto, pela *passividade* — de enfrentar as adversidades e a precariedade de sua situação. Nessa ótica, sem a ação de um “Estado caridoso” (UGÁ, 2004, p. 60), que rompa com tais incapacidade e passividade, trazendo-lhes *auxílio* e *ajuda* (não se trata de direitos), os pobres permanecerão, em última análise, como *não sujeitos*.

Vemos, então, que antigos modos de representar os pobres ganham, hoje, novas roupagens. Mas estas fazem-se presentes também em outras formas atualmente hegemônicas no trato da questão social. Na contemporaneidade, as ações de “combate à pobreza” tendem, cada vez mais, a *não* se restringir ao (ou a não se concentrar no) Estado. Dada a crescente desresponsabilização deste para com a área social (o que é condizente com o ideário neoliberal), ampliam-se o número e as formas de intervenção nessa área conduzidas por indivíduos e organizações situados *fora do âmbito estatal*. Abordo, em seguida, uma dessas formas. Veremos que também nela os pobres são representados como passivos e que, nesse modo de tratamento da pobreza, criam-se condições para a cisão da cidadania na esfera social.

Duas cidadanias: a dos pobres e a dos não pobres

Os pobres e a “participação solidária”

Trato, agora, do que Almeida (2006) chama “marco discursivo da ‘participação solidária’” e das práticas correspondentes, inseridas na nova agenda de formulação e implementação de ações na esfera social, no Brasil. Esse marco discursivo “passou a fornecer, com razoável grau de hegemonia, os termos do debate sobre os problemas sociais” no País, a partir dos anos 1990 (ALMEIDA, 2006, p. 95). Também nele os pobres são representados como incapazes, passivos e, no limite, como não sujeitos. Mas *isso não fica claro, de imediato*. Para se chegar a tal conclusão, é preciso fazer uma leitura atenta tanto do próprio marco discursivo quanto da realidade a que ele se reporta.

Ele tem como centro a ideia de *solidariedade* — à qual se juntam outras relevantes “ideias-força”: parcerias, terceiro setor, capital social, voluntariado e responsabilidade social (particularmente a empresarial)¹¹ — e busca fundar “ações de combate à pobreza qualificadas como *públicas* e *participativas*” (ALMEIDA, 2006, p. 95). Nessa busca, defende-se, *em princípio*, “conjugação esforços públicos e privados”, mas o que aí predomina, *de fato*, é uma *desvalorização das políticas sociais estatais*, tidas como “assistencialistas” (ALMEIDA, 2006, p. 99, 110 e 129). Nessa linha, pode-se dizer que a expansão dos serviços assistenciais implementados pelo *voluntariado* “está referida a uma crítica e a uma ação complementar ao papel do Estado.” (NEVES, 2003, p. 34) Por sua vez, a campanha “Ação da Cidadania contra a Miséria e pela Vida”, lançada em 1993, veio à luz num momento de descrença “nas instituições públicas, nos políticos e na eficácia das ações estatais.” (NEVES, 2003, p. 34)

Em consonância com “um determinado projeto de reforma do Estado” e de “esvaziamento da legitimidade dos direitos regulamentados pelo Estado”, defende-se, então, o “protagonismo da

sociedade”, um “maior engajamento dos cidadãos”, o “fortalecimento da sociedade civil¹² para mobilizar a participação dos cidadãos na luta contra a pobreza e a exclusão social.”¹³ (ALMEIDA, 2006, p. 95, 129, 118 e 110) Essa *sociedade civil virtuosa* seria capaz de *minimizar* a pobreza e a “exclusão social”, mediante “programas sociais baseados na mobilização da participação solidária e voluntária” (ALMEIDA, 2006, p. 99): “Mais do que um gesto de caridade, amor ao próximo e compaixão, o voluntariado passou a expressar uma atitude cidadã¹⁴ que traduz a capacidade que a sociedade [tem de] assumir responsabilidades e agir por si mesma.” (ALMEIDA, 2006, p. 114).¹⁵

Mas cabem, aqui, algumas perguntas. Quais são os contornos dessa sociedade civil? Que lugar têm nela os pobres? Eles integram a “sociedade civil” que se mobiliza para combater a pobreza e a “exclusão social”? Eles fazem parte dos cidadãos engajados nessa luta e mobilizados para assumir aquelas responsabilidades?

Uma abordagem atenta do “marco discursivo da “participação solidária”” mostra que a sociedade civil a que ele se refere não é tão abrangente. Ela desenvolve ações que visam “recuperar, para os pobres, sua condição de *pertença à sociedade*”; ações que buscam “recuperar a capacidade ativa dos indivíduos pobres” (ALMEIDA, 2006, p. 125 e 110; os sublinhados são meus). Assim, os indivíduos e famílias pobres já parecem não pertencer à “sociedade civil”, tal como concebida no marco discursivo em questão, pois trata-se de *recuperar* essa *pertença*. Ademais, são *outros* que, de maneira *protagonista*, empreendem tal resgate *para os pobres*, já que estes não têm “capacidade ativa”. Mais ainda: “[...] a equação dos problemas sociais, nessa perspectiva, requer apenas procedimentos adequados e a responsabilidade e solidariedade daqueles que estão incluídos.” (ALMEIDA, 2006, p. 126)

Expressa-se, aí, uma *fissura na sociedade*. Temos, de um lado, os “incluídos”, com seu protagonismo contra a pobreza, e, de outro, os “excluídos”: passivos, sem “capacidade ativa” e *em prol dos quais* se exerce uma cidadania protagonista. O “protagonismo da sociedade” é, na verdade, um protagonismo exercido por — e restrito a — *parte* dessa mesma sociedade.

Explicam-se, assim, a partir dos anos 1990, “a constituição de um novo associativismo” e de entidades do “terceiro setor” (NETTO, 2004, p. 73 e 74), “um renovado tipo de protagonismo empresarial” e um “emergente universo da filantropia empresarial ‘moderna’”, ao tempo em que se espalham pelo País “as idéias do voluntariado, da solidariedade, do terceiro setor, das parcerias” como “referências de *uma nova forma de exercício da cidadania*” (ALMEIDA, 2006, p. 107, 188, 116-117; o destaque em itálico é meu).

O apelo à “participação solidária” “ganhou adesão particularmente das camadas elitizadas porque, para além do desejo de fazer o bem, atitudes ‘voluntárias’ tornaram-se aí símbolos de *status*.”¹⁶ (ALMEIDA, 2006, p. 114) O voluntariado, em particular, “[...] agrega empresários, organizações não-governamentais [sic], jovens universitários, em certos casos por contrapartida à definição do caráter filantrópico das universidades particulares e aos conseqüentes [sic] subsídios, por isso mesmo, auferidos.” (NEVES, 2003, p. 36)¹⁷

A cidadania cindida: cidadanias desiguais

A “participação solidária” da “sociedade civil” constitui-se em “forma de exercício da cidadania” que não se *generaliza*, em virtude da *assimetria* que marca, intrinsecamente, as relações que ela estabelece entre os “incluídos” e os “excluídos”,¹⁸ entre doadores e receptores passivos de benesses, entre não pobres e pobres — assimetria que se manifesta de modo claro no mundo empírico, do que apresento, a seguir, algumas ilustrações significativas.

Aludindo a um exemplo emblemático da *cidadania protagonista* (dos mais conhecidos do grande público brasileiro, pois tem como um de seus principais “parceiros” a Rede Globo, líder incontestado de audiência na área televisiva no Brasil), um ator afirma: “O Ação Global¹⁹ é um *exercício de cidadania*. Um grande mutirão em 27 estados para tentar *dar um pouco mais de dignidade às pessoas carentes do Brasil*.”²⁰ [Os itálicos são meus.]

Também em relação à Ação Global, podemos ler, em outro documento de domínio público, expressões que evidenciam a *cidadania protagonista* e a *cisão da cidadania*: “[...] *resgatar a cidadania* de muitos brasileiros que ainda estão *à margem da sociedade*” e *“ajudar milhares de brasileiros a resgatar a cidadania”*.²¹ [Os itálicos são meus.]

Em *sites* brasileiros ligados ao “marco discursivo da ‘participação solidária’”, são comuns expressões como “*cidadania ativa*”²² (em referência ao que chamo *cidadania protagonista*), “*promover a cidadania*”, “*levar cidadania*”, “*resgatar a cidadania*” etc., enquanto que os pobres, *enquanto sujeitos*, praticamente desaparecem: também ali estabelecem-se em relação a eles as *lacunas — vazios, silêncios* — usualmente presentes nos discursos formulados a seu respeito em vários outros meios, omitindo-se seu agir sobre o mundo (JOVCHELOVITCH, 2000, p. 112; LEITE, 2005, p. 396-403). A *sociedade civil protagonista* sobre a qual versa aquele marco discursivo não os tem como integrantes.

O que resta aos indivíduos e famílias pobres é a *postura passiva* de receber as benesses que lhes são concedidas.²³ Não é *para eles* que se exerce a *cidadania protagonista*? Não são para eles inúmeros programas, projetos e ações “*cidadãos(ãs)*”? Que os usufruam! Resta-lhes, enfim, uma *cidadania passiva*, contraposta à *cidadania protagonista*, esta sendo exercida, sobretudo, nos segmentos elitizados da sociedade.

As cidadanias desiguais e suas relações com as desigualdades socioeconômicas

As propostas neoliberais para as *ações estatais* de “combate à pobreza” já trazem profundos impactos sobre a cidadania, afetando os direitos sociais: políticas que, sob o argumento da crise fiscal do Estado e desconsiderando os *determinantes estruturais* da existência e da reprodução daquela condição social, são *focalizadas* e *compensatórias*, voltam-se apenas para os mais pobres dentre os pobres²⁴ e colocam-se, pois, em oposição a uma concepção de proteção social universal. Levam ao “deslocamento da política social da noção universalizada de *direito*”, sugerindo, em última instância, “a supressão da idéia e da realidade da *cidadania social*.”²⁵ (UGÁ, 2004, p. 55) Nesse contexto, constitui-se um “assistencialismo focalizado” (BEHRING; BOSCHETTI, 2007, p. 59),

[...] um assistencialismo²⁶ de novo tipo, baseado na ação profissionalizada do Estado na detecção da população-alvo [...], mas sob uma lógica filantrópica que instaura uma relação assimétrica de tutela entre o que dá e o que recebe. A reciprocidade que configura a relação de direito fica afastada. (GLUZ, 2007, p. 2)

Como não se trata de *direitos*, debilitam-se eventuais reivindicações pela continuidade daquilo que é *concedido*: “[...] quem dá não tem obrigação de dar, quem recebe não tem o direito de receber [...]” (GLUZ, 2007, p. 2). Além disso, a focalização nas políticas *estatais* “supõe uma dupla restrição: por um lado, das políticas universais para políticas para alguns, apenas aquele segmento mais pobre e para o qual é necessária uma delimitação precisa da população-alvo; por outro lado, dos direitos, para os direitos básicos.” (GLUZ, 2007, p. 3)²⁷

Ao lado das políticas *estatais* focalizadas e compensatórias, há, na contemporaneidade capitalista, um segundo fator a debilitar a dimensão social da cidadania. Também ele, em consonância com o pensamento neoliberal, dá-se com base no argumento da crise fiscal do Estado. Refiro-me à “privatização no campo das políticas sociais públicas” (o que expressa uma desresponsabilização do Estado na área social), gerando uma “*dualidade discriminatória* entre os que podem e os que não podem pagar pelos serviços” (BEHRING; BOSCHETTI, 2007, p. 159; o sublinhado é meu). A esse respeito, Telles (2001, p. 131-132) alude a uma

[...] *segmentação da cidadania* pela clivagem entre os que têm acesso aos serviços fornecidos pelo mercado e aqueles que são destinados aos precários serviços públicos estatais, esses serviços vistos cada vez mais como “coisa de pobre”, signo da incompetência ou fracasso daqueles que golpeados pelos azares

do destino não puderam ou não souberam provar suas virtudes empreendedoras no mercado. [O itálico é meu.]

Mas o foco deste trabalho não diz respeito a políticas implementadas *pelelo Estado* no trato da pobreza nem, tampouco, à oferta *mercantil* de serviços sociais por empresas privadas. A existência de “cidadanias desiguais” liga-se a uma modalidade de *desresponsabilização do Estado* na área social que é diversa tanto da privatização/mercantilização de serviços sociais quanto de uma situação em que as ações do Estado rompem com a ideia da universalização dos direitos, mas ainda fazem-se presentes, de forma mitigada, no trato da pobreza. O que aqui discuto é uma forte *restrição* da presença do Estado nesse campo que é *acompanhada* da ocupação crescente desse espaço por ações e programas sociais coerentes com o “marco discursivo da ‘participação solidária’” (ALMEIDA, 2006).

Entendemos que, para o enfrentamento resolutivo das precárias condições em que vive parcela muito expressiva da população, são requeridas políticas sociais de caráter *público*, além de um firme *engajamento estatal* como *garantidor de direitos universais*. Se é assim, a *fragilização da dimensão social da cidadania*, já posta pelas políticas *estatais* focalizadas e pela *mercantilização* de serviços sociais, *aprofunda-se* com a cisão da cidadania — uma relação de todo *assimétrica* entre pobres e não pobres. Estes constituem-se em *sujeitos* de ações na esfera social. Aqueles aparecem como *objetos passivos* daquelas ações. O substantivo “população-alvo” cai-lhes como uma luva.

Tal assimetria nada tem em comum com uma situação em que a *igualdade* (ainda que apenas formal) de participação em determinados campos da vida em sociedade — a cidadania, na concepção clássica formulada por Marshall (1967) — *convive* com a desigualdade entre as classes sociais. Trata-se, agora, de *formas desiguais do próprio exercício da cidadania: protagonista*, para uns, *passiva* para outros; *doadora*, para uns, *receptora*, para outros; que faz, de alguns, *sujeitos* de ações e de políticas sociais e que toma outros como *objetos* — *público-alvo* — dessas ações e políticas.

Para os pobres, nesse contexto, o exercício da cidadania, em sua dimensão social, restringe-se, no fundamental, a que se coloquem na posição *passiva* de *receptores* do que lhes é concedido mediante a prática da cidadania protagonista que cabe a *outros*, mais bem situados em termos socioeconômicos. Porém, há algo mais: o que os pobres recebem como resultado do “protagonismo cidadão” aparece como dádiva, como benesse, mas *nunca como um direito*. *Aprofunda-se a distância em relação à universalização de direitos*.

Ora, num momento histórico em que as desigualdades socioeconômicas exacerbam-se em âmbito global (do que apresentei uns poucos dados, no início deste trabalho); num momento histórico em que passa a haver sérias restrições aos direitos sociais por parte do Estado — exatamente num período histórico com tais características, temos, também, formas desiguais do exercício da própria cidadania, restando àqueles que vivem na condição de pobreza uma “cidadania passiva”. Não é difícil considerar que esses três elementos da realidade (desigualdades socioeconômicas, debilitação de direitos sociais e cisão da cidadania) tendem a *se realimentar mutuamente*, caso não haja uma força que se contraponha a esse quadro complexo. Para segmentos da população privados de diversos direitos na esfera social, representados como passivos diante da realidade e aos quais se prescreve a passividade, é muito difícil reverter a pobreza em que se encontram e o quadro de desigualdades a que ela, de forma dramática, associa-se na contemporaneidade.

Considerações finais

Embora seja cristalizada, no pensamento social ocidental, a tendência a representar os pobres, no limite, como não sujeitos, como seres passivos, como incapazes de agir sobre o mundo, aquela tendência parece-me *reposta em novas bases*, na contemporaneidade.

Considere-se a relevância do mercado nas sociedades capitalistas atuais, no âmbito “objetivo” e no campo das representações sociais. Leve-se em conta, também, a hegemonia de um pensamento

favorável à minimização do Estado na esfera social, daí derivando políticas estatais focalizadas, privatização de serviços sociais e uma quantidade crescente de ações, projetos e programas sociais desenvolvidos por empresas, ONGs (organizações não governamentais), OSCIPs (organizações da sociedade civil de interesse público), voluntários etc. Tudo isso, em conjunto, tem contribuído para impactar, de maneira nada desprezível, as representações sociais da pobreza e dos pobres. No campo do pensar, ganha um peso crescente a suposta incapacidade/passividade dos que vivem na pobreza para enfrentar uma lógica mercantil exacerbada, a reestruturação produtiva e — devido, em grande parte, à *conjugação* desses dois fatores — um desemprego estrutural de imensas dimensões.

Não por acaso, fala-se, hoje, em (des)empregabilidade. Isso, de uma parte, expressa aspectos “objetivos” do mundo contemporâneo: a acentuada atomização a que são levados os indivíduos num mercado anônimo e profundamente competitivo, as extremas desigualdades existentes entre eles, a desresponsabilização do Estado no tratamento da questão social. Mas, de outra parte, o uso do termo “(des)empregabilidade” manifesta um *modo de pensar* segundo o qual as causas dos “problemas sociais” nada têm a ver com as características *estruturais* da sociedade, dizendo respeito, antes de mais nada, aos próprios indivíduos.

Nesse quadro complexo, a dita passividade/incapacidade dos pobres modifica-se, sem deixar de existir, também porque *passam a ser representadas de modo diferente as relações entre eles e os não pobres*. De acordo com o pensamento hegemônico, os últimos, mais bem situados no mercado contemporâneo, são também *capazes de ajudar os incapazes* — os que fracassaram individualmente no mercado. Hoje — argumenta-se —, o que se pode fazer pelos pobres é *minimizar a pobreza*,²⁸ mas não, eliminá-la:²⁹ políticas sociais estatais focalizadas para os extremamente pobres e “participação solidária” desenvolvida por segmentos não pobres da sociedade civil, alegadamente em benefício de quem vive na pobreza.

Sobre isso, cabe perguntar: que sentido tem falar-se numa cidadania *esvaziada de direitos*? Várias vezes, utilizei, aqui, a expressão “cidadania passiva”, em referência aos pobres e em contraposição à “cidadania protagonista”, própria de outros segmentos sociais (sobretudo, os mais bem situados em termos socioeconômicos). Ora, uma “cidadania passiva”, cujos titulares limitam-se ao papel de receptores do que outros lhes concedem, é *uma contradição em si mesma*. É uma *não cidadania*.

Apesar disso, a expressão “cidadania passiva” foi intencionalmente usada como *meio de apropriação do real*, pois o estudo científico da realidade social não pode prescindir das representações sociais elaboradas pelos sujeitos que dela participam. E se, mais uma vez, sairmos do âmbito dos textos acadêmicos para o mundo empírico, veremos que uma ampla gama de instituições não estatais vangloriam-se por *levar/conceder* uma suposta cidadania àqueles que vivem em condições de todo precárias e adversas. Não costumam chamar de favor, ajuda ou auxílio o que fazem: isso deporia contra a ideia segundo a qual praticam “ações cidadãs” e “levam cidadania” a outros. Mas, nesse modo de pensar, não se manifesta (ao menos explicitamente), a fratura da cidadania a que, de fato, se referem — fratura que *expressa e contribui para repor* as crescentes desigualdades próprias da contemporaneidade capitalista.³⁰

Se o cientista social não pode eximir-se de considerar e analisar os modos de pensar vigentes numa sociedade, também não pode parar nesse ponto. Deve *ir além*, expondo as contradições tanto da realidade objetiva quanto aquelas, muito comuns, existentes entre tal esfera do real e as representações correspondentes. Vejo essa necessidade não de modo positivista, porque o cientista social também é *parte integrante* do mundo que interpreta. Se é assim, cabe-me, para finalizar este artigo, perguntar: qual a validade de ações e programas desenvolvidos em consonância com o “marco discursivo da ‘participação solidária’”? Mais: dada a análise crítica apresentada até aqui, seria eu favorável à pura e simples supressão de tais ações e programas?

Para responder a essas perguntas, faço uso de algumas palavras de Castel (2009), ainda que elas tenham como referencial empírico uma realidade muito diversa da brasileira — que é aquela enfocada neste artigo —: a das proteções sociais que hoje se fazem presentes nos países que viveram os “30 anos gloriosos” do Estado do Bem-Estar Social. Afirma o sociólogo francês que não se trata de

condenar esses tipos de medidas que são úteis e mesmo necessárias para as pessoas em dificuldade. No entanto, é necessário reconhecer que estas proteções são frequentemente medíocres e estão longe de assegurar a independência social de seus beneficiários. E ainda constroem situações [...] pouco satisfatórias para os seus beneficiários. (CASTEL, 2009, p.90)

Referências

- ADORNO, Sérgio. A gestão filantrópica da pobreza urbana. *São Paulo em Perspectiva*, São Paulo: Fundação SEADE, 1990, v. 4, n. 2, p. 9-17.
- ALMEIDA, Carla. O marco discursivo da “participação solidária” e a nova agenda de formulação e implementação de ações sociais no Brasil. In: DAGNINO, Evelina; OLVERA, Alberto J.; PANFICHI, Aldo (Orgs.). *A disputa pela construção democrática na América Latina*. São Paulo: Paz e Terra, 2006, p. 95-136.
- BEHRING, Elaine Rossetti; BOSCHETTI, Ivanete. *Política Social: fundamentos e história*. São Paulo: Cortez, 2007. (Biblioteca Básica de Serviço Social, 2)
- CARVALHO, Inaiá Maria M. de; LANIADO, Ruthy Nadia. Pobreza e ação social. *Cadernos do CEAS*, Salvador: Centro de Estudos da Ação Social, 1992, n. 141, p. 18-34.
- CASTEL, Robert. *As metamorfoses da questão social: uma crônica do salário*. Petrópolis, RJ: Vozes, 1998.
- _____. Desestruturação do mundo do trabalho e suas implicações para a política social. In: PEREIRA, Potyara Amazoneida Pereira et al. (Orgs.). *Política Social, trabalho e democracia em questão*. Brasília: Programa de Pós-Graduação em Política Social da UnB, 2009. p. 83-96.
- FIGUEIREDO, Vilma. A ciência da sociedade. 2001. Disponível em: <http://www.anpocs.org.br/cursosoc.doc>. Acesso em: 22 set. 2002.
- GEREMEK, Bronislaw. *La piedad y la horca: historia de la miseria y de la caridad en Europa*. Madrid: Alianza, 1989.
- GLUZ, Nora. La pobreza como cuestión. ¿La focalización como solución?: neasistencialismo y cotidianidad escolar”. 2007. Disponível em: <http://www.isecon.com.br/anpae/359.pdf>. Acesso em: 30 abr. 2009.
- HÄHNLER, June E. *Pobreza e política: os pobres urbanos no Brasil (1870-1920)*. Brasília: Editora Universidade de Brasília, 1993.
- HIMMELFARB, Gertrude. *La idea de pobreza: Inglaterra a principios de la época industrial*. México: Fondo de Cultura Económica, 1988.
- JODELET, Denise. Representações sociais: um domínio em expansão. In: _____. (Org.). *As representações sociais*. Rio de Janeiro: EdUERJ, 2001, p. 17-44.
- JOVCHELOVITCH, Sandra. *Representações sociais e esfera pública: a construção simbólica dos espaços públicos no Brasil*. Petrópolis, RJ: Vozes, 2000.
- LEITE, Izildo Corrêa. Caminhos entrelaçados: pobreza, questão social, políticas sociais e Sociologia. In: MANFROI, Vania Maria; MENDONÇA, Luiz Jorge V. P. (Orgs.). *Política social, trabalho e subjetividade*. Vitória: EDUFES, 2008a, p. 209-227.
- _____. *Desconhecimento, piedade e distância: representações da miséria e dos miseráveis em segmentos sociais não atingidos pela pobreza*. 2002. Tese (Doutorado em Sociologia) — Faculdade de Ciências e Letras (Campus de Araraquara). Universidade Estadual Paulista “Júlio de Mesquita Filho”.
- _____. Novos olhares, novos lugares: por uma política social de combate à pobreza condizente com a construção da cidadania. *Convergencia* — Revista de Ciências Sociais, Toluca (México): Universidad Autónoma del Estado de México, 2008b, v. 15, n. 47, p. 73-100.
- _____. Representando a miséria e os miseráveis: desconhecimento, piedade e distância. *Idéias*, Campinas (SP): IFCH/Unicamp, 2005, v. 12, n.1, p. 357-410.
- LEWIS, Oscar. *Antropologia de la pobreza: cinco famílias*. 1. ed., 22ª reimpr. México: Fondo de Cultura Económica, 2006.
- MARSHALL, Thomas H. Cidadania e classe social. In: _____. *Cidadania, classe social e status*. Rio de Janeiro: Zahar, 1967, p. 57-114. (Biblioteca de Ciências Sociais)
- MARTINS, José de Souza. Reflexão crítica sobre o tema da “exclusão social”. In: _____. *A sociedade vista do abismo: novos estudos sobre exclusão, pobreza e classes sociais*. Petrópolis (RJ): Vozes, 2002, p. 25-47.
- MAURIEL, Ana Paula Ornelas. Combate à pobreza na América Latina: impasses teóricos e ideológicos na construção da política social contemporânea. *Ser Social*, Brasília: Programa de Pós-Graduação em Política Social/UnB, 2006, n. 18, p. 79-125.
- MOSCOVICI, Serge. *A representação social da Psicanálise*. Rio de Janeiro: Zahar, 1978. (Psyche)
- NEVES, Delma Pessanha. Voluntariado filantrópico: humanismo salvador e gestão social. *Revista de Ciências Sociais*, Fortaleza: UFC, 2003, v. 34, n. 1, p. 31-48.
- NETTO, José Paulo. Notas sobre a reestruturação do Estado e a emergência de novas formas de participação da sociedade civil. In: BOSCHETTI, Ivanete et al. (Orgs.). *Política social: alternativas ao neoliberalismo*. Brasília: UnB, Programa de Pós-Graduação em Serviço Social, Departamento de Serviço Social, 2004, p. 61-83. (Política Social, 2)

- POCHMANN, Marcio. Os BRIC e a globalização da pobreza. 2010. Disponível em: <http://www.astecainforma.com.br/ai/noticias/2010/abril/nossa-opniao-os-bric-e-a-globalizacao-da-pobreza.html>. Acesso em: 30 abr. 2010.
- REIS, Elisa P. Elite Perceptions of Poverty: Brazil. IDS Bulletin, Sussex: Institute of Development Studies, 1999, v. 30, n. 2, p. 127-36.
- RICUPERO, Rubens. Usina de desigualdade. *Folha de São Paulo*, 29 mai. 2011.
- SANTOS, Boaventura de Sousa. Os processos da globalização. In: _____ (Org.). *A globalização e as Ciências Sociais*. 3. ed. São Paulo: Cortez, 2005, p. 25-112.
- SANTOS Jr., Raimundo Batista. *As políticas sociais do Banco Mundial para os países em desenvolvimento*. 2010. Tese (Doutorado em Ciência Política) — Instituto de Filosofia e Ciências Humanas (IFCH). Universidade Estadual de Campinas.
- SARTI, Cynthia Andersen. *A família como espelho: um estudo sobre a moral dos pobres*. 3. ed. São Paulo: Cortez, 2005.
- SOARES, Laura Tavares. *Os custos sociais do ajuste neoliberal na América Latina*. São Paulo: Cortez, 2000.
- SPINK, Peter. Análise de documentos de domínio público. In: SPINK, Mary Jane Paris (Org.). *Práticas discursivas e produção de sentidos no cotidiano: aproximações teóricas e metodológicas*. 3. ed. São Paulo: Ed.Cortez, 2004, p. 123-151.
- TELLES, Vera da Silva. A pobreza como condição de vida: família, trabalho e direitos entre as classes trabalhadoras urbanas. *São Paulo em Perspectiva*, São Paulo: Fundação SEADE, 1990, v. 4, n. 2, p. 37-45.
- _____. *A cidadania inexistente: incivilidade e pobreza*. Um estudo sobre trabalho e família na Grande São Paulo. 1992. Tese (Doutorado em Sociologia) — Faculdade Filosofia, Letras e Ciências Humanas. Universidade de São Paulo.
- _____. *Pobreza e cidadania*. São Paulo: USP, Curso de Pós-Graduação em Sociologia: Ed. 34, 2001.
- _____. Pobreza e cidadania: dilemas do Brasil contemporâneo. *Caderno CRH*, Salvador: Centro de Recursos Humanos, 1993, n. 19, p. 8-21.
- UGÁ, Vivian Dominguez. A categoria “pobreza” nas formulações de política social do Banco Mundial. *Revista de Sociologia e Política*, Curitiba: Universidade Federal do Paraná, 2004, n. 23, p. 55-62.
- VALLADARES, Lícia. Cem anos pensando a pobreza (urbana) no Brasil. In: BOSCHI, Renato R. (Org.). *Corporativismo e desigualdade: a construção do espaço público no Brasil*. Rio de Janeiro/São Paulo: IUPERJ/Vértice, 1991, p. 81-112.
- _____. A gênese da favela carioca: a produção anterior às Ciências Sociais. *Revista Brasileira de Ciências Sociais*, São Paulo: ANPOCS, 2000, v. 15, n. 44, p. 5-34.
- WOODWARD, David; SIMMS, Andrew. Growth isn't working: the Unbalanced Distribution of Benefits and Costs from Economic Growth. *Re-thinking Poverty*, London: New Economics Foundation, 2006, n. 1, p. 1-32. Disponível em: <http://www.neweconomics.org/gen/uploads/hrfu5w555mzd3f55m2vqwty502022006112929.pdf>. Acesso em: 02 fev. 2006.
- YAZBEK, Maria Carmelita. A política social brasileira nos anos 90: a refilantropização da questão social. *Cadernos ABONG*, São Paulo, ABONG, Série Especial, n. 1, out. 1995, p. 15-24.

ANEXO 1

Um Brasil de cidadania

Realizada há 14 anos, a Ação Global é uma iniciativa do SESI e da Rede Globo, para oferecer serviços relevantes e gratuitos para a população.

A ação ocorre num mesmo dia em todos os estados brasileiros, com atendimento nas áreas de saúde, cidadania, educação, cultura, esporte e lazer.

A criação de uma rede única, formada por parceiros do poder público, ONGs, voluntários, pequenas, médias e grandes empresas, além do SESI e da Rede Globo, permite a oferta de mais de 40 serviços ao público, da emissão de documentos à orientação jurídica em diversas áreas.

Em 2008, em sua 15ª edição, a Ação Global realizou, no dia 17 de maio, 2,4 milhões de atendimentos em todo o país.

Disponível em: <http://acaoglobal.globo.com>. Acesso em: 15 jun. 2008.

ANEXO 2**Cidadania para todos, na prática**

Um único dia pode parecer pouco quando se quer mudar o mundo. Mas, para o SESI, a Rede Globo e seus parceiros, é tempo suficiente para transformar o destino de milhões de pessoas. É assim quando ocorre a Ação Global Nacional, um mutirão de solidariedade realizado simultaneamente em todos os estados do Brasil e no Distrito Federal.

Para resgatar a cidadania de muitos brasileiros que ainda estão à margem da sociedade, o evento facilita o acesso a direitos que são essenciais a todos. Em um mesmo dia e local, é possível emitir documentos e receber atendimento médico e odontológico. Tudo isso ao som de música ao vivo e paralelamente a atividades de lazer, educação e esporte.

Quem nunca teve uma certidão de nascimento, cédula de identidade, CPF ou título de eleitor pode, finalmente, passar a fazer parte das estatísticas oficiais do país. Também se viabiliza a união pelo casamento ou a separação pelo divórcio, marcos que hoje custam caro para qualquer um.

Em dia de Ação Global, pessoas que normalmente não têm a chance de ir ao médico ou ao dentista, por razões financeiras ou falta de tempo, recebem consultas gratuitamente. Em muitos casos, foram diagnosticadas doenças que deveriam ser tratadas com urgência, mas ainda eram desconhecidas por seus portadores.

Realizada desde 1995, a Ação Global já beneficiou mais de 12,4 milhões de pessoas e prestou 26 milhões de atendimentos. Por seu impacto e abrangência, a iniciativa tem funcionado como um termômetro das necessidades da população brasileira.

Ao identificar e chamar atenção para essas questões, o SESI vem estimulando novas empresas a criarem programas de responsabilidade social, além de ajudar a orientar políticas públicas.

Impacto – Pesquisa do SESI mostra que 66,4% das pessoas que buscam os serviços da Ação Global têm renda familiar inferior a dois salários mínimo. O estudo feito em 2007 revela que 76,6% dos participantes são mulheres e 59,8% dos adultos têm entre 18 e 39 anos. Ao ajudar milhares de brasileiros a resgatar a cidadania, o programa, que prestou 37,6 milhões de atendimentos desde a sua criação, em 1995, dá uma importante contribuição ao desenvolvimento sustentável do país.

Disponível

em:

<http://www.sesi.org.br/portal/main.jsp?lumChannelId=8A81818B1492B0B501149437F1862ECF>.

Acesso em: 15 jun. 2008.

¹ Banco Mundial faz recálculo sobre número de miseráveis. Disponível em: <http://portalexame.abril.com.br/ae/economia/m0166675.html>. Acesso em: 30 ago. 2008.

² Com a crise, fome atingirá um bilhão de pessoas, diz ONU. Folha de São Paulo, 20 jun. 2009.

³ Renda de executivos dos EUA aumenta disparidade social. Folha de São Paulo, 05 jul. 2011.

⁴ Renda de executivos dos EUA aumenta disparidade social. Folha de São Paulo, 05 jul. 2011.

⁵ Originalmente um substantivo, esse vocábulo, no Brasil, passou a ser utilizado também como adjetivo, qualificando serviços prestados à população, ações e programas implementados por administrações públicas, organizações não governamentais, empresas etc. “Administração cidadã”, “auditoria cidadã”, “rede cidadã”, “escola cidadã”, “pedagogia cidadã”, “orçamento cidadão” etc. são, hoje, expressões de uso corrente no País.

⁶ Uma comparação numérica demonstra-o claramente. No Brasil, a imensa maioria da população é cristã e a religiosidade, acentuada e massiva. Mas uma busca no site Google, considerando apenas as páginas brasileiras em língua portuguesa da Internet, apresenta cerca de 21.100.000 resultados, quando se digita o termo “cidadania”, e cerca de 18.200.000 resultados, quando é digitada a palavra “Cristo” — e, vale dizer, este termo não necessariamente aparece, na Internet, em páginas com conteúdo religioso. Tais resultados obtidos em 13/11/2011.

⁷ Utilizo, aqui, o conceito de representação social tal como se faz presente na teoria cuja formulação original coube a Moscovici (1978): “[...] é uma forma de conhecimento, socialmente elaborada e partilhada, com um objetivo prático, e que contribui para a construção de uma realidade comum a um conjunto social. Igualmente designada como saber do senso

comum ou ainda saber ingênuo, natural, esta forma de conhecimento é diferenciada, entre outras, do conhecimento científico.” (JODELET, 2001, p. 22)

⁸ A incorreção quanto aos parênteses consta do original.

⁹ Almeida (2006, p. 99) alude a “uma retomada” dos estudos de Lewis nos anos 1980, nos Estados Unidos.

¹⁰ WORLD BANK. Poverty Reduction and Growth: Virtuous and Vicious Circles. Washington: World Bank, 2006.

¹¹ Netto (2004, p. 73 e 74) menciona, no meio empresarial, nos anos 1990, “a constituição de um novo associativismo, expressamente dirigido para rebater sobre setores e categorias sociais determinadas”.

¹² Trata-se de uma das concepções de sociedade civil, concepção em que esta é vista como marcada por “uma suposta homogeneidade” (ALMEIDA, 2006, p. 101). Sobre a heterogeneidade da sociedade civil e sua concepção enquanto espaço de “antagonismos” e de “contradições”, ver Netto (2006).

¹³ Neves (2003, p. 34) refere-se à “transformação da questão da desigualdade acentuada em problema da sociedade civil.” [O sublinhado é meu.]

¹⁴ Vemos que a refilantropização do trato da questão social, a que já me referi, tem motivações diversas daquelas da filantropia tradicional: agora, trata-se de ações tidas, sobretudo, como um dever de cidadania. Mais do que movida por razões de ordem religiosa, ela resulta de uma noção de solidariedade ligada a um dever cívico: “O chamado para a responsabilidade social [empresarial] e para o investimento privado em ações públicas é feito por meio de um imperativo: o pleno exercício de cidadania exige esse engajamento [...]” (ALMEIDA, 2006, p. 125; o itálico é meu).

¹⁵ O trecho que aí aparece em itálico é uma citação retirada de importante site dedicado ao voluntariado: www.programavoluntario.org.br.

¹⁶ “[...] uma socialite declarou que nada se compara a chegar ao seu programa social e ouvir crianças gritarem seu nome em coro.” [O trecho final desse trecho foi extraído de GARCIA, Joana. O negócio do social. Rio de Janeiro: Jorge Zahar, 2004. (Passo a Passo). Apud Almeida, 2006, p. 114.] Almeida (2006, p. 114) cita autores para os quais “a prática do voluntariado, na sociedade contemporânea, é vista como terapêutica, tornando-se um dos hobbys [sic] favoritos de determinados segmentos sociais.”

¹⁷ “[...] a nova visão do trabalho voluntário nada tem a ver com a ocupação de madames entediadas”, argumentam defensores do voluntariado (NEVES, 2003, p. 36). Isso não impede que se possa considerar que o voluntariado traz uma “desprofissionalização” no trato da questão social (Cf. BEHRING; BOSCHETTI, 2007, p. 154).

¹⁸ Para uma análise crítica da noção de “exclusão social”, consultar Martins (2002).

¹⁹ Sobre a Ação Global, ver, nos Anexos 1 e 2, informações retiradas de sites de dois de seus principais “parceiros”: o SESI (Serviço Social da Indústria) e a Rede Globo.

²⁰ Disponível em: <http://acaoglobal.globo.com/>. Acesso em: 15 jun. 2008. Trata-se, como outros excertos apresentados neste trabalho, de trecho extraído de um documento de domínio público. “Os documentos de domínio público são produtos sociais tornados públicos. Eticamente estão abertos para análise por pertencerem ao espaço público, por terem sido tornados públicos de uma forma que permite a responsabilização. [...]” (SPINK, 2004, p. 136)

²¹ Disponível em: <http://www.sesi.org.br/portal/main.jsp?lumChannelId=8A81818B1492B0B501149437F1862ECF>. Acesso em: 04 nov. 08.

²² “[...] cidadania ativa, em que as pessoas não se preocupam apenas com seus direitos a receber, mas expressam a vontade ética de fomentar direitos que alcancem a todos.” Disponível em: <http://www.redeinteracao.com.br/Voluntariado/voluntariado.htm>. Acesso em: 05 nov. 08. Na mesma página, encontramos a seguinte afirmação: “Voluntariado é o exercício da cidadania ativa e responsável.”

²³ Um site do SESI (Serviço Social da Indústria) informa que “66,4% das pessoas que buscam os serviços da Ação Global têm renda familiar inferior a dois salários mínimos”. Disponível em: <http://www.sesi.org.br/portal/main.jsp?lumChannelId=8A81818B1492B0B501149437F1862ECF>. Acesso em: 04 nov. 2008.

²⁴ “[...] a seletividade associada à focalização assegura acesso [às políticas sociais públicas] apenas aos comprovada e extremamente pobres.” (BEHRING; BOSCHETTI, 2007, p. 160)

²⁵ “A cidadania social, em sua essência, sempre esteve relacionada à garantia de direitos e não com [sic] programas compensatórios. Ela pressupõe um pacto social realizado pela sociedade como um todo, a partir do que se define que o Estado deve garantir uma proteção social — por meio dos direitos sociais — a todos os cidadãos, independentemente de sua renda, simplesmente pelo fato de serem cidadãos.” (UGÁ, 2004, p. 61)

²⁶ “[...] cada vez mais a política social é entendida como assistencialismo, pois deixa de ser pensada como um sistema de proteção social universal e passa a ser um conjunto de programas de atendimento aos grupos mais pobres.” (MAURIEL, 2006, p. 52; o itálico é meu) Nesse contexto, “a legitimação (do Estado) se reduz à ampliação do assistencialismo.” (SOARES, 2000)

²⁷ “[...] a tendência geral tem sido a de restrição e redução dos direitos, sob o argumento da crise fiscal do Estado [...]” (BEHRING; BOSCHETTI, 2007, p. 156).

²⁸ Quanto ao lugar que, a meu ver, cabe aos próprios pobres num combate resolutivo à pobreza, e que tenha em vista não apenas a atenuação dessa condição social, mas sua extinção — o que, por seu turno, pressupõe profundas transformações nos determinantes do modo pelo qual se concentra a riqueza produzida socialmente —, consultar Leite (2008b).

²⁹ Referindo-se ao “consenso neoliberal”, Santos (2005, p. 35) faz menção a “medidas compensatórias que minorem, mas não eliminem a exclusão, já que esta é um efeito inevitável (e, por isso, justificado) do desenvolvimento assente no crescimento econômico e na competitividade a [sic] nível global.” [Os itálicos são meus.]

³⁰ A meu ver, as conclusões a que chego neste trabalho cabem, ainda que em medidas diversas, também a várias outras sociedades que não a brasileira. Isso porque, por um lado, o modo pelo qual o Banco Mundial concebe a pobreza e os pobres

traz impactos sobre políticas sociais implementadas em inúmeros países. Por outro lado, Almeida (2006, p. 117) oferece claros indícios de que o “marco discursivo da ‘participação solidária’” também não é algo exclusivo do Brasil: “[...] o repasse de recursos financeiros, por parte do Estado e de agências internacionais, para ONGs é uma tendência mundial. [...] nos países desenvolvidos e ricos as ONGs têm, também, adquirido importância como mediadoras de implementação de políticas.” [Os itálicos são meus.]